

## A Influência Iltuminista na Inconfidência Mineira: Ideais Revolucionários no Brasil Colônia

Adriano Soares de Sousa <sup>1</sup>  
Universidad de Buenos Aires(UBA)  
adriano.ssp@hotmail.com

Gonçal Mayos Solsona <sup>2</sup>  
Universidad de Barcelona (UB)  
gmayos@uoc.edu

**Resumo:** A Inconfidência Mineira<sup>3</sup> (1789) foi um dos principais movimentos de contestação ao domínio português na América Portuguesa. Inspirada pelos ideais iluministas, a conspiração mineira reuniu intelectuais, militares e membros da elite colonial que desejavam a independência da capitania de Minas Gerais. Este artigo analisa a influência do Iluminismo na Inconfidência Mineira, destacando conceitos como liberdade, república e autodeterminação, bem como o impacto das Revoluções Americana e Francesa no pensamento dos inconfidentes. A pesquisa busca evidenciar de que maneira essas ideias moldaram o discurso político e as ações dos líderes do movimento, como Tiradentes, e qual foi a resposta da Coroa portuguesa diante da tentativa de emancipação colonial.

**Palavras-chave:** Colônia. Filosofia. Iluminismo. Inconfidência Mineira.

## The Enlightenment Influence on the Minas Conspiracy: Revolutionary Ideals in Colonial Brazil

**Abstract:** The Inconfidência Mineira (1789) was one of the most significant movements challenging Portuguese rule in colonial Brazil. Inspired by Enlightenment ideals, the Minas Gerais conspiracy brought together intellectuals, military officers, and members of the colonial elite who sought independence for the captaincy of Minas Gerais. This article examines the influence of the Enlightenment on the Inconfidência Mineira, emphasizing key concepts such as liberty, republicanism, and self-determination, as well as the

<sup>1</sup> Graduado em Bacharel em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS) em 2011. Atualmente é mestrando em Estudos Clássicos pela Universidade de Buenos Aires. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2629037322480152>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4170-996X>.

<sup>2</sup> Doutorado em História da Filosofia pela Universitat de Barcelona, UB, Espanha, Professor titular da Universidade de Barcelona, Coordena o Grupo internacional de Pesquisa em Cultura, História e Estado, fruto de cooperação acadêmica entre a Universitat de Barcelona e a Universidade Federal de Minas Gerais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2233197203672797> Orcid:<http://orcid.org/0000-0001-9017-6816>

<sup>3</sup> Ao longo do tempo, o sentido negativo da palavra inconfidência caiu no esquecimento e ela passou a denominar os movimentos contrários ao domínio colonial. Ainda assim, alguns estudiosos evitam esse termo e preferem usar “Conjuração”, que significa conspiração.

impact of the American and French Revolutions on the conspirators' political thought. The study aims to demonstrate how these ideas shaped the political discourse and actions of the movement's leaders, such as Tiradentes, and analyzes the Portuguese Crown's response to this attempt at colonial emancipation.

**Keywords:** Colony, Philosophy, Enlightenment, “Inconfidência Mineira” (Minas Gerais Conspiracy<sup>4</sup>).

## **Introdução**

A segunda metade do século XVIII foi marcada por profundas transformações políticas e filosóficas no mundo ocidental. O Iluminismo, movimento intelectual europeu que enfatizava a razão, a liberdade e a igualdade, influenciou diretamente as revoluções da época, como a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789). No contexto colonial brasileiro, essas ideias foram absorvidas por setores da elite intelectual e econômica, que começaram a questionar o domínio português e a explorar alternativas para uma maior autonomia política e econômica.

A Inconfidência Mineira emerge nesse cenário como um dos primeiros movimentos separatistas no Brasil. Movidos pelo descontentamento com a excessiva tributação imposta pela Coroa e inspirados pelos valores iluministas, os inconfidentes idealizavam a formação de uma república independente em Minas Gerais. O pensamento filosófico dos inconfidentes não apenas refletia um desejo pragmático de mudança política, mas também incorporava princípios essenciais do Iluminismo, como a noção kantiana de autonomia e o conceito rousseauiano de contrato social. Dessa maneira, o projeto inconfidente pode ser interpretado como uma tentativa de concretizar, na prática, a emancipação racional do indivíduo e da coletividade.

Entre os principais influenciadores do movimento estavam pensadores como Montesquieu, Rousseau e Voltaire, cujas obras foram amplamente estudadas e discutidas por figuras como Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga. A relação entre liberdade e moralidade, conforme elaborada por Kant, também pode ser percebida na argumentação política dos inconfidentes, que viam na emancipação colonial um dever moral além de uma necessidade econômica.

Este artigo tem como objetivo analisar a presença e a importância das ideias filosóficas iluministas na Inconfidência Mineira, observando como esses conceitos foram apropriados pelos conspiradores e de que maneira influenciaram suas reivindicações e projetos políticos. Para isso, serão abordadas as principais referências filosóficas do movimento, as conexões com as revoluções internacionais da época e a resposta da administração portuguesa à ameaça separatista. Dessa forma, busca-se compreender a profundidade da influência filosófica iluminista no primeiro grande movimento de contestação ao domínio colonial no Brasil.

---

<sup>4</sup> Não consegui achar uma palavra em inglês que expresse o sentido de Inconfidência.

## **O Iluminismo e seus Principais Conceitos Filosóficos.**

O nome iluminismo surgiu da tese de que a razão “ilumina” a mente das pessoas. Segundo os filósofos iluministas, a razão é aptidão dos seres humanos de conhecer, compreender e julgar. O iluminismo, também foi chamado de filosofia das luzes, também foi um movimento cultural que evoluiu na Europa entre os séculos XVII e XVIII, mais intensificado na Inglaterra e na França.

A palavra iluminismo não existia no século XVIII. Nas línguas ibéricas só apareceu no século seguinte, a primeira ocorrência em um dicionário na língua portuguesa é de 1836. Difícil acreditar, já de saída, que o século XVIII tenha apresentado um conjunto de ideias, ou uma ideologia unitária que possamos classificar com o sufixo “ismo”.

Em geral, o fenômeno do esclarecimento é apresentado como um sistema de valores que deu a origem ao mundo contemporâneo, para o bem ou para o mal, estando nas grandes transformações políticas, econômicas e sociais a partir do século XVIII. As noções modernas de igualdade, democracia, e liberdade são geralmente apresentadas como invenções dos filósofos iluministas, que teriam se desdobrado em vários campos nos séculos posteriores (Elias, 2014, p. 17).

Boa parte dos filósofos iluministas pregava a liberdade de expressão a equidade jurídica e a fragmentação de poderes dentro do estado com a intenção de diminuir o absolutismo monárquico. A expansão do acesso à educação e a ampliação no investimento na ciência era considerado significativos. Referente a economia, sugeriam liberdade para movimentar o mercado que era relacionado pelo propósito de oferta e demanda. Sobre a fé, os pensadores iluministas defendiam a pluralidade religiosa.

## **O conceito de contrato social em Rousseau e sua influência política.**

A singularidade de Rousseau baseia-se deixar de lado os fatos e raciocinar com o fundamento nesses princípios: o “Contrato Social” é uma tese da instituição social é um pensamento normativo, obra e razão. Fendendo com a concepção ortodoxa do direito, para o qual está é a legitimação da força, Rousseau repeli o realismo político: o que há comedimento do racional não poderia ser deduzido da experiência, mas tão-só das “exigências da pura razão”.

O aceito de juricidade da ordem política propõe este problema difícil: como mesclar a liberdade natural do homem com a necessidade de uma ordem política? Trata-se de definir as condições de uma organização social justa, em que a liberdade e igualdade serão preservadas contra toda forma de repressão, em que cada um, no mesmo momento que acata a regras comuns, sem as quais não há sociedade organizada, não acatará a ninguém em particular.

A dissolução está no povo soberano, concebido como a única força legítima e o detentor único do poder. Uma sociedade é uma livre associação de indivíduos que, de uma afluência esparsa, faz um corpo coletivo e moral, pela virtude de um contrato social. Este, ato convencional, absolutamente oriundo, fundador, caracteriza-se por uma alienação total, livremente consentidas, da liberdade

natural de cada contratante a toda a comunidade, de sorte que a condição seja igual para todos. Da abnegação de cada um à sua vontade do corpo social unido ao interesse comum. É necessariamente nessa atividade dessa vontade geral que reside a soberania do povo: o povo como soberano detém autoridade suprema. Ele é cidadão, na medida em que participa da autoridade soberana, e sujeito, na medida que é submetido a ela. Porém, é um mesmo talante, que de um lado, se organiza as leis e, do outro, obedece. É esse sentido de autonomia para Rousseau: “Cada um ao obedecer a todos não obedece a senão a si mesmo.”...encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes (Rousseau, 2024, p. 69-70).

Ninguém pode ser obrigado à associação, e a regra que a valida é a unanimidade dos contratantes. Entretanto, uma vez aceita a cidadania, é a regra majoritária que determina a vontade geral. É notório que esta pode então entrar em colisão com a minha vontade particular. Embora a vontade geral, manifestada pelo interesse comum, vá entrar em conflito com os meus interesses individuais, a própria lógica do contrato exige que eu, como sujeito obediente a soberania, me impele por uma decisão que resulta do exercício dessa soberania. Acatando, continuo e livre, pois é a mim mesmo que obedeço.

A primeira e a mais importante consequência dos princípios até agora estabelecidos é que somente a vontade geral pode dirigir as forças do estado segundo o objetivo de sua instituição, que é o bem comum, pois, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que tornou possível. E o que há de comum nesses interesses diferentes que forma o vínculo social e se não houvesse qualquer ponto em que todos os interesses concordassem, não poderiam existir coisa alguma. Ora, é unicamente baseado nesse interesse comum que a sociedade deve ser governada (Rousseau, 2024, p. 27-28).

Mas a vontade geral não pode se enganar? O povo pode ser enganado, responde Rousseau, mas a vontade geral é sempre reta, a priori, por sua natureza mesma, porque não pode querer senão o bem comum. Tudo depende da retidão da deliberação, que especula que se difere vontade geral e vontades de todos. Por vontade de todos Jean-Jacques entende uma soma de vontades de todos que falseia o jogo das deliberações, já que, por essas associações de interesses particulares, já não há tantos votantes cidadãos só opine por si mesmo, porque a vontade geral resulta necessariamente da soma de pequenas diferenças.

O resultado da deliberação é a lei, expressão imperativa e universal da vontade geral. Portanto, o contrato social permite passar da dependência dos homens à dependência das leis. O estado estrito por leis é uma república, em conflito ao despotismo, e a concepção rousseauiana da república é uma democracia direta em que o povo reunido “estatui em pessoa.” A vontade não se representa.

### **A separação dos poderes em Montesquieu**

Para Montesquieu, o conjunto das leis que regem o governo de um Estado é, pois, garantir uma possibilidade da liberdade por meio de leis que suprimam toda a ameaça de despotismo. Montesquieu formula a tipologia dos governos conjunto dos órgãos pelo qual o soberano exerce autoridade em função da natureza deles (números de governantes, ausência ou presença de leis) e do seu princípio (as paixões que fazem um poder agir e mantém sua autoridade): a natureza do despotismo é o poder de um só sem leis, e a honra é seu princípio; na monarquia um só tem o poder, mas regido por leis, e a honra é seu princípio; numa república, ou povo em massa governa, sob o princípio da virtude cívica, paixão coletiva da causa pública e aí se tem então uma democracia ou apenas uma parte do povo, sob o princípio da moderação, paixão própria de uma república aristocrática.

A natureza, industriosa em favor dos homens, não se limitou a lhe dar desejos; quis que nós mesmos o tivéssemos e que fôssemos instrumentos animados de sua felicidade; ela nos colocou no fogo das paixões para levá-los a viver tranquilos; se saem da sua insensibilidade, ela nos destinou a fazê-la voltar, sem que possamos jamais experimentar esse feliz estado em que nós o colocamos (Montesquieu, 2018, p. 206).

O despotismo de um só indivíduo, corpo ou povo tem a origem a confusão das três instâncias, legislativa, executiva e judiciária, que compõem um Estado. A condição da liberdade é, pois, uma separação de poderes concebida como independência e complementaridade que garante sua cooperação e um funcionamento justo e eficaz. Da lei de fragmentação de poderes, Montesquieu espera a realização da liberdade política. Nisso ele é atualizado: substitui a confiança nos atores do corpo político, com os apuros que ela contém pela necessidade de um funcionamento (o mecanismo imanente a poderes do separados).

### **A crítica de Voltaire ao absolutismo e a defesa da liberdade.**

Para Voltaire, os reis deveriam direciona-se pela razão, respeitar as liberdades individuais e agir com auxílio dos pensadores ilustrados. Por esse motivo, não defendia a participação do povo no poder, mas sim, uma monarquia que garantisse os interesses da sociedade.

### **A Influência Filosófica do Iluminismo na Inconfidência Mineira**

A influência das teses iluministas foi algo latente na vida daqueles que organizaram a Inconfidência Mineira estando embutido na literatura de pensadores que posteriormente causaria a rebelião. Segundo Rouanet o discurso revolucionário dos inconfidentes, tanto em literatura como nos

Autos da Devassa, foi o ponta pé para emergir os ideais de liberdade e a crença na dignidade do homem.

Segundo Rouanet (1992) a linguagem do iluminismo construiu a grade linguística na qual foi composto os discursos sobre libertação, sendo assim, a poesia dos inconfidentes estava impregnada pelos ideais decorrentes contidos nos seus pronunciamentos durante a devassa judicial.

### **A circulação de ideias filosóficas na elite colonial mineira.**

O século XVIII foi um período marcado por profundas agitações intelectuais que culminaram em transformações políticas e sociais de grande relevância para a civilização ocidental. Destaca-se o impacto dessas mudanças, ressaltando a influência do Iluminismo tanto na Europa quanto nas Américas. A Enciclopédia, compilada por pensadores como Diderot e d'Alembert, foi um dos principais instrumentos de disseminação das ideias iluministas. Essa obra representou um esforço coletivo para organizar o conhecimento humano e contestar a autoridade absoluta da monarquia e da Igreja, incentivando um pensamento crítico e racionalista. A penetração desses ideais abalou as fundações do absolutismo europeu, preparando o terreno para os eventos de 1789 na França.

O Iluminismo atravessou e encontrou terreno fértil nas Américas. A exploração colonial era um dos principais temas de indagação das elites letradas, servindo de argumento para eclosão de rebeldias e revoluções, como se tornaram independentes os Estados Unidos (1776) e o Haiti (1794).

No mundo luso-brasileiro, a ilustração forneceu contornos peculiares a antigas formas de motins e revoltas, e movimentos sediciosos como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Conjuração dos Suassunas (1801) tiraram o sossego das autoridades metropolitanas (Pombo, 2014, p. 35).

A nova filosofia política que emergia no período baseava-se em concepções inovadoras sobre o contrato social, a soberania popular e a separação dos poderes, conforme defendido por autores como Rousseau, Montesquieu e Voltaire. Esses conceitos foram fundamentais para a reformulação das estruturas políticas e sociais, incentivando a ascensão de sistemas mais democráticos e republicanos.

Embora a Revolução Francesa seja frequentemente citada como um ponto de inflexão para a implementação dos ideais iluministas, enfatizar que esse pensamento já se fazia presente nas colônias americanas desde o final do século XVII. À medida que as potências europeias intensificavam seu controle sobre os territórios coloniais, crescia também a insatisfação das elites locais, que passaram a adotar um discurso baseado na autodeterminação e na resistência ao domínio metropolitano.

Esse cenário explica o surgimento de movimentos revolucionários inspirados no Iluminismo, como a Independência dos Estados Unidos (1776), que se baseou nos princípios de liberdade e autonomia política. Da mesma forma, nas colônias espanholas e portuguesas, esses ideais começaram

a influenciar grupos intelectuais e políticos, incentivando conspirações e levantes contra o domínio europeu.

No mesmo século, foi marcado por mudanças estruturais na economia e na política. O mercantilismo, que predominava até então, passou a ser contestado por novas concepções econômicas, como o liberalismo de Adam Smith<sup>5</sup>, que defendia a livre iniciativa e o fim das restrições comerciais impostas pelas metrópoles às colônias. Esses novos paradigmas econômicos contribuíram para fortalecer as reivindicações por maior autonomia política, uma vez que o controle excessivo das potências europeias era visto como um entrave ao desenvolvimento colonial.

No plano político, o questionamento da autoridade monárquica e a valorização da soberania popular impulsionaram as transformações que levariam à decadência do Antigo Regime e à ascensão de governos baseados na participação cidadã. O texto sugere que essas mudanças não ocorreram de maneira uniforme, mas foram amplamente influenciadas pelo contexto específico de cada região, resultando em diferentes formas de revolução e independência.

A Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789, não foi um evento isolado, mas o resultado de um longo processo de amadurecimento de um sentimento nativista em Minas Gerais. As rivalidades entre os portugueses e os colonos brasileiros, especialmente os paulistas que haviam desbravado a região, estiveram no centro desse desenvolvimento. A disputa pelo controle das jazidas de ouro gerou uma série de conflitos que, com o tempo, reforçaram um desejo de maior autonomia para os naturais da terra. Buscaremos apresentar os principais fatores históricos que antecederam a Inconfidência Mineira, enfatizando as razões econômicas e políticas que fomentaram a insatisfação dos colonos com o domínio português.

Desde os primórdios da ocupação de Minas Gerais, já se observa indícios de descontentamento em relação à administração portuguesa. O episódio envolvendo Borba Gato e Dom Rodrigo, mencionado nos relatos históricos, é um dos primeiros registros de resistência à autoridade metropolitana. Essa desobediência inicial pode ser interpretada como um embrião do sentimento de posse da terra pelos colonos e do desejo de autonomia frente às imposições da Coroa.

A luta pela independência das colônias americanas, conforme argumentado pelo historiador Hélio Viana, teve como principal motor questões econômicas. No caso de Minas Gerais, a descoberta do ouro intensificou as rivalidades entre os colonos e os portugueses recém-chegados, que possuíam mais recursos e apoio da administração colonial. Os paulistas, que haviam sido responsáveis pelo descobrimento das jazidas e pela fundação dos primeiros povoados, viram-se progressivamente

---

<sup>5</sup> Smith defendia que o trabalho era verdadeira fonte de riqueza das nações e deveria ser realizado pela livre iniciativa de grupos particulares. Esse conjunto de ideias foi chamado de liberalismo econômico.

marginalizados em benefício dos reinóis (portugueses nascidos na metrópole), gerando ressentimentos e fomentando a oposição ao domínio colonial.

A exploração aurífera e a consequente disputa por sua riqueza levaram à formação de dois grupos antagônicos:

-Os reinóis, portugueses que chegaram posteriormente e passaram a controlar a exploração do ouro com apoio da Coroa.

-Os naturais da terra, principalmente paulistas e colonos que já habitavam a região e se viam prejudicados pelas políticas portuguesas.

A citação do sargento-mor Silva Pontes, ilustra bem esse conflito. Enquanto os reinóis eram movidos pelo orgulho e pela ambição, os naturais da terra baseavam sua luta na consciência dos serviços prestados à colonização e no desejo de manter seus direitos sobre as riquezas que haviam descoberto. Essa divisão acentuou ainda mais a insatisfação dos colonos com o domínio português, preparando o terreno para futuras revoltas.

Sendo assim, a Inconfidência Mineira foi o ápice de um processo histórico mais amplo, marcado por disputas econômicas, rivalidades regionais e o fortalecimento de um sentimento nativista. Podemos destacar que, muito antes da conspiração de 1789, os colonos já demonstravam resistência ao domínio português, motivados tanto por questões materiais quanto pela percepção de injustiça na administração colonial. Essas tensões foram fundamentais para a formação do ideal de independência, que, sob a influência do Iluminismo e de outros movimentos revolucionários, levaria à luta pela autonomia do Brasil.

## **Os Principais Pensadores da Inconfidência Antônio Gonzaga e Tiradentes e Seus Diálogos com o Iluminismo**

### **Tomás Antônio Gonzaga e a influência do pensamento político europeu.**

Tomás Antônio Gonzaga é uma das figuras centrais da Inconfidência Mineira e um dos mais importantes poetas do Arcadismo brasileiro. Seu percurso de vida e formação intelectual refletem o contexto de transformações do século XVIII, período marcado por intensos debates filosóficos e políticos. Além de sua produção literária, Gonzaga destacou-se como magistrado e pensador do direito, deixando contribuições relevantes na área jurídica e no pensamento iluminista que permeava o Brasil colônia.

Filho de João Bernardo Gonzaga e Tomásia Isabel Gonzaga, Tomás Antônio nasceu em 1744, em Porto, Portugal, apesar de algumas controvérsias anteriores sobre a data exata de seu nascimento.



Seu pai, magistrado de carreira, exerceu funções jurídicas em diversas partes do império português, influenciando a trajetória profissional do filho, que seguiria a mesma carreira na magistratura.

Gonzaga recebeu uma formação clássica e humanista, estudando em Coimbra, onde aprofundou seu conhecimento em Direito e filosofia. Durante esse período, destacou-se por sua cultura erudita e pela habilidade em compor versos, características que mais tarde o tornariam um dos principais nomes da literatura brasileira. Sua obra não se restringe à poesia: escreveu também sobre direito natural, demonstrando grande interesse pelas correntes filosóficas que discutiam a organização da sociedade e o papel do Estado.

Tomás Antônio Gonzaga era filho de Joio Bernardo Gonzaga e de Da. Tomásia Isabel Gonzaga. Aquele, brasileiro natural do Rio de Janeiro; esta, portuguesa natural da cidade do Porto. João Bernardo era magistrado, como depois seria o filho. Exercera o cargo de juiz-de-fora em Angola, Cabo-Verde e Pernambuco. Em 1749 era provido no cargo de ouvidor do Porto e, dez anos depois, nomeado desembargador da Relação da Bahia, cargo para o qual, anos mais tarde, seria Gonzaga nomeado, como que seguindo as pegadas do pai, sem que, todavia, pudesse tomar posse dele. Durante algum tempo houve um pouco de controvérsia quanto à idade de Gonzaga. :Ele mesmo é motivo de se haver controvertido sobre a data certa do seu nascimento. Em seu interrogatório do dia 17 de novembro de 1789 - 'o primeiro - respondeu ter "a idade de quarenta anos, pouco mais, ou menos" e ser "natural da cidade do Porto". Daí muitos terem dado o seu nascimento como em 1749, quando seu pai era ouvidor daquela cidade (Oliveira,1948,p.51).

O século XVIII foi um período de grandes mudanças políticas e intelectuais, marcado pela ascensão do pensamento iluminista e pela Revolução Francesa. As ideias de liberdade, igualdade e autonomia política influenciavam profundamente os círculos intelectuais da época, incluindo os da colônia portuguesa. Gonzaga, como um homem culto e atento ao que acontecia na Europa e nas Américas, não poderia estar alheio a essas transformações.

Mesmo sem registros explícitos de sua posição política, é difícil imaginar que Gonzaga fosse apenas um espectador dos acontecimentos revolucionários que moldavam seu tempo. A efervescência intelectual e política do final do século XVIII, marcada pela Independência dos Estados Unidos e pelos ideais republicanos, certamente impactou sua visão de mundo e pode ter contribuído para seu envolvimento na Inconfidência Mineira.

Tomás Antônio Gonzaga foi mais do que um poeta romântico e um magistrado; foi um intelectual inserido em um contexto de grandes transformações políticas e filosóficas. Sua formação clássica, seu envolvimento com a literatura e o direito, bem como sua possível adesão às ideias iluministas, fazem dele uma figura emblemática do período colonial brasileiro. Seu destino de ficar fora da colônia brasileira, ao ser condenado e exilado em Moçambique<sup>6</sup>, reflete os riscos enfrentados por aqueles que ousaram questionar o domínio português e sonhar com um Brasil independente.

---

<sup>6</sup> Condenado ao degredo em Moçambique ele recebeu tratamento especial assim que lá chegou: ficou hospedado na casa do ouvidor José da Costa Dias de Barros e foi nomeado promotor do juízo de defuntos e ausentes, cargo que exerceu de

### **Tiradentes<sup>7</sup>: entre o mito e o ideal filosófico de liberdade.**

Analisar o processo de construção do mito de Tiradentes e sua relação com a historiografia e os projetos políticos brasileiros, especialmente a partir do final do século XIX. A Inconfidência Mineira foi utilizada como suporte para narrativas históricas e políticas, e Tiradentes tornou-se seu principal símbolo, representando ideais como liberdade, coragem, patriotismo e sacrifício.

A transformação de Tiradentes em herói nacional não foi apenas resultado da ação dos republicanos, mas também de um contexto cultural e social que favoreceu essa apropriação. A aceitação do mito se deu porque as características atribuídas ao mártir já faziam parte da experiência coletiva da sociedade brasileira, o que garantiu ressonância popular. Os republicanos, além de promoverem essa imagem, também compartilhavam dessas referências, reforçando sua legitimação.

A historiografia sobre a Inconfidência Mineira começou a se consolidar na segunda metade do século XIX, em meio às disputas entre republicanos e monarquistas. Um marco desse debate foi a obra *História da Conjuração Mineira*, de Joaquim Norberto de Souza Silva, (1927) que criticava a exaltação de Tiradentes promovida pelos republicanos. Em resposta, autores como Lúcio José dos Santos, com *Inconfidência Mineira — papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, buscaram reafirmar a imagem heroica do líder inconfidente.

Ao longo do tempo, essas narrativas deram origem a uma bibliografia extensa, porém pouco inovadora, mantendo um viés tradicional e consolidando a representação mítica de Tiradentes na história do Brasil.

Na Historiografia do Tiradentes, o tom apologético e a inflação verbal, exaltadamente patrióticos, próprios para despertar emoções para adolescentes, tornaram quase temerário o ponto de vista dos que consideram o drama da Inconfidência Mineira com certa frieza realista. Não tem faltado, entretanto, vozes autorizadas que subestimam a importância histórica da conjura larvar de 1789 e reduzem a proporções modestas o papel do homem afoito que pagou com a vida por falar demais e deitou a perder poetas, padres, doutores e militares pelo único crime de terem externado o seu inconformismo político (Diniz, 2002, p. 126).

---

1792 a 1805. Em 9 de maio de 1793, antes de completar o primeiro ano no exílio, Gonzaga se casou com Juliana, filha de Sousa Mascarenhas. Por ser o único advogado habitando naquela colônia portuguesa, militou na profissão até os últimos dias de sua vida, tendo o reconhecimento em 1.800, em um documento coletivo que traz a assinatura do próprio inconfidente, como “uma das pessoas mais importantes de Moçambique” (Rodrigues, 2011, p. 24).

<sup>7</sup> O perfil de Tiradentes foi descrito assim por Maxwell (p.143-144): “Solteiro, de 40 anos, o militar vivia de aluguel em uma moradia da cidade. Nem oligarca nem artesão, situado desconfortavelmente entre eles, tinha um perfil cultural dos primeiros, mas desempenhava uma atividade profissional secundária mais a feição dos últimos. Nascera em São João del Rei onde seu pai fora conselheiro municipal. Silva Xavier perdera suas propriedades por dívidas e depois tentara, sem êxito, exercer o comércio varejistas. (...) Exerceu o comando de importante destacamento dos Dragões que patrulhava a estrada da Serra da Mantiqueira, no governo de D. Rodrigo Menezes. O governador Luís da Cunha Meneses removera-o deste lucrativo posto.”

## **A Resposta da Coroa Portuguesa**

A Inconfidência Mineira representou um dos primeiros movimentos organizados no Brasil colonial a questionar o domínio português, inspirado pelos ideais iluministas de liberdade, autonomia e república. No entanto, seu fracasso e a subsequente repressão da Coroa Portuguesa tiveram impactos profundos na sociedade colonial, na política metropolitana e no desenvolvimento do pensamento autonomista brasileiro. Este resumo analisa as consequências imediatas e de longo prazo da repressão à Inconfidência, destacando como a violenta resposta portuguesa moldou os rumos do movimento emancipacionista no Brasil.

A Coroa Portuguesa<sup>8</sup>, sob o reinado de D. Maria I, respondeu à conspiração com extrema severidade. A Devassa (inquérito judicial) foi instaurada para investigar e punir os envolvidos, resultando na prisão de dezenas de suspeitos. O processo foi marcado por delações, especialmente a de Joaquim Silvério dos Reis, cuja colaboração foi crucial para dismantelar o movimento. A sentença, proferida em 1792, condenou onze inconfidentes à morte, mas apenas Tiradentes foi efetivamente executado – uma decisão calculada para maximizar o impacto simbólico da punição. Sua execução foi transformada em um espetáculo público: enforcado e esquartejado, seus restos mortais foram expostos em diferentes locais da colônia como uma clara mensagem de terror político.

A brutalidade da repressão causou um choque psicológico nas elites mineiras e em outras capitanias. Muitos dos conspiradores eram membros da aristocracia local – intelectuais, militares, clérigos e fazendeiros – e sua punição serviu como um aviso claro de que a Coroa não toleraria desafios à sua autoridade. Isso gerou um clima de medo e autocensura, adiando por décadas novas tentativas de rebelião organizada. A Conjuração Baiana (1798), por exemplo, foi mais radical em seu caráter social, mas também foi rapidamente sufocada, demonstrando a eficácia do aparato repressivo português.

A Inconfidência acelerou a centralização do poder colonial. Portugal intensificou a fiscalização sobre as atividades políticas e culturais na colônia, restringindo ainda mais a circulação de ideias consideradas subversivas. Aumentou-se a presença de funcionários metropolitanos em cargos-chave, reduzindo a autonomia das elites locais. Além disso, a cobrança de impostos tornou-se mais rígida, exacerbando as tensões econômicas que haviam motivado a conspiração em primeiro lugar.

---

<sup>8</sup> A Coroa Portuguesa tomou as posses dos condenados, como fazendas, cabeças de gado e imóveis. A imagem que ficou, no rastro da repressão violenta por parte da Coroa Portuguesa, é a de traidores degredados, família, famílias dissolvidas, fortunas desbaratadas. Muitos livros chegam a afirmar que a fortuna dos vinte e quatro inconfidentes proporcionou um lucro de 643 quilos de ouro, valor comparável ao que Portugal arrecadava de impostos sobre o metal precioso naquele ano (Rodrigues, 2011, p. 18).

### **O julgamento dos inconfidentes e a execução de Tiradentes.**

O julgamento dos inconfidentes foi um processo longo e detalhado, iniciado logo após a traição de Joaquim Silvério dos Reis, um dos conspiradores que denunciou o movimento à Coroa portuguesa em troca do perdão de suas dívidas. As investigações se estenderam por anos, culminando no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, onde os acusados foram interrogados e julgados com base em testemunhos e documentos apreendidos. A maioria dos inconfidentes pertencia à elite intelectual e econômica de Minas Gerais, composta por poetas, militares e padres. Embora a intenção revolucionária estivesse clara, muitos dos acusados tiveram suas penas comutadas ou reduzidas, pois possuíam ligações com figuras importantes da administração colonial. Apenas Tiradentes, um militar de baixa patente e sem influência política significativa, foi condenado à morte. Isso demonstra como a justiça colonial portuguesa funcionava de maneira seletiva, punindo de forma exemplar aqueles que representavam uma maior ameaça simbólica, ao mesmo tempo em que poupava os mais influentes.

A execução de Tiradentes ocorreu em 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro. Antes de ser levado à força, ele percorreu as ruas da cidade, exposto como um exemplo do que acontecia com aqueles que desafiavam a Coroa portuguesa. A intenção era clara: intimidar a população e evitar que novos movimentos separatistas ganhassem força. Após sua morte, o corpo de Tiradentes foi esquartejado e suas partes foram distribuídas por Minas Gerais, especialmente nas cidades que tiveram ligação com a conspiração. Sua cabeça foi exposta em Vila Rica (atual Ouro Preto), como um aviso aos revoltosos. Apesar da brutalidade do castigo, a morte de Tiradentes não apagou a causa inconfidente; pelo contrário, com o passar do tempo, ele se tornou um símbolo de resistência e luta pela liberdade.

O julgamento e a execução dos inconfidentes revelam a forma como Portugal lidava com movimentos contrários à sua autoridade. A punição exemplar de Tiradentes visava conter o avanço de ideias libertárias, mas sua figura acabou se transformando em um dos maiores mitos políticos do Brasil. Com a Proclamação da República em 1889, Tiradentes foi ressignificado como herói nacional, e sua morte passou a ser vista como um sacrifício pela independência do país, sendo até hoje reverenciada no feriado de 21 de abril.

### **Reflexões sobre o legado filosófico do movimento para a independência do Brasil.**

A influência do legado filosófico da Inconfidência Mineira na Independência do Brasil se manifesta na consolidação de um discurso que enfatizava a necessidade de autonomia política e econômica. Embora a Independência de 1822 tenha ocorrido sob a liderança de D. Pedro I e não tenha resultado imediatamente em uma república, os ideais de liberdade e soberania popular permaneceram no imaginário político brasileiro e foram fundamentais para movimentos posteriores, como a

proclamação da República em 1889. Como observa Kenneth Maxwell (2004, p. 112), "a Inconfidência não inventou o desejo de independência, mas deu-lhe uma linguagem filosófica". Em termos culturais, a Inconfidência Mineira também deixou um legado significativo. A poesia de Tomás Antônio Gonzaga, um dos inconfidentes, reflete não apenas o ideal de liberdade política, mas também a exaltação da identidade nacional, que começava a ser construída no período colonial. Os inconfidentes também contribuíram para a difusão do pensamento ilustrado no Brasil, tornando-se referências para os intelectuais que posteriormente formulariam os ideais da Independência, embora havia contradições: enquanto clamavam por liberdade, muitos inconfidentes eram senhores de escravos – paradoxo típico das revoluções atlânticas (Chalhoub, 2012).

Podemos dizer que o movimento da Inconfidência Mineira, embora não tenha obtido êxito imediato em seus objetivos, foi fundamental para a construção de um imaginário político baseado na liberdade, na autonomia e na justiça. Seu legado filosófico, pautado no Iluminismo e no liberalismo, influenciou decisivamente a Independência do Brasil e a evolução das ideias políticas no país. A Inconfidência não foi apenas um episódio isolado de insatisfação colonial, mas sim um reflexo das transformações intelectuais e sociais que estavam ocorrendo globalmente e que moldariam o futuro político do Brasil.

### **Reflexão sobre a importância da filosofia iluminista na formação do pensamento político brasileiro**

Além das influências diretas nos movimentos independentistas, a filosofia iluminista também teve um impacto duradouro na construção da identidade política do Brasil. A crítica ao absolutismo e a valorização dos direitos individuais se refletiram na elaboração das primeiras leis e instituições do país. Ainda que a independência do Brasil tenha ocorrido sob a forma de uma monarquia, o ideário iluminista ajudou a moldar um cenário político onde a liberdade e a participação política se tornaram aspirações fundamentais.

Outro aspecto importante foi a influência iluminista na formação de uma elite intelectual brasileira comprometida com a modernização e o progresso. Muitos desses intelectuais defendiam reformas sociais e políticas inspiradas nos princípios iluministas, o que se traduziu em debates sobre a escravidão, a educação e a organização do Estado.

Com o passar do tempo, essas ideias contribuíram para a abolição da escravatura e para a transição da monarquia para a república no final do século XIX. Dessa forma, a filosofia iluminista desempenhou um papel essencial na consolidação do pensamento político brasileiro. Suas ideias estimularam a luta pela independência, influenciaram a organização do Estado e serviram de base para a defesa de direitos fundamentais que continuam a nortear a política nacional até os dias atuais.

## **Conclusão**

A Inconfidência Mineira foi o ápice de um processo histórico mais amplo, marcado por disputas econômicas, rivalidades regionais e o fortalecimento de um sentimento nativista. Desde o início do período colonial, os habitantes da colônia demonstravam insatisfação com o rígido controle da Coroa portuguesa, sobretudo no que dizia respeito à exploração econômica e à limitação de sua autonomia política. Em Minas Gerais, a descoberta do ouro intensificou a presença da metrópole, que impôs pesados tributos e mecanismos de fiscalização, como a Derrama, que consistia na cobrança forçada das quotas de ouro devidas à Coroa. A insatisfação não se limitava à carga tributária, mas também ao privilégio concedido aos portugueses em detrimento dos colonos brasileiros. O acesso a cargos administrativos e à educação superior era restrito, o que gerava ressentimento entre as elites locais. Esse contexto fomentou uma identidade regional distinta, que serviu de base para reivindicações políticas e econômicas contra Portugal.

Sob a influência do Iluminismo europeu e das revoluções americana e francesa, as ideias de liberdade, igualdade e autodeterminação começaram a circular entre intelectuais e membros da elite colonial. A Inconfidência Mineira, apesar de ter sido reprimida antes de se concretizar, representou uma das primeiras tentativas organizadas de ruptura com o domínio português. Seus líderes, como Tiradentes, Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, estavam fortemente influenciados por essas correntes filosóficas e buscavam a independência de Minas Gerais, estabelecendo um governo republicano e promovendo o desenvolvimento econômico da região.

A Inconfidência Mineira foi um marco na construção da identidade nacional e na trajetória de independência do Brasil. Embora fracassado, o movimento evidenciou a crescente insatisfação com o domínio colonial e contribuiu para a consolidação do desejo de autonomia. O pensamento iluminista desempenhou um papel central na formação das ideias políticas dos inconfidentes, que vislumbravam um país livre da exploração metropolitana e guiado pelos princípios de justiça e liberdade. O legado da Inconfidência permaneceu vivo ao longo do tempo, servindo de inspiração para movimentos futuros, incluindo a Independência do Brasil em 1822. Dessa forma, mesmo derrotados, os inconfidentes plantaram as sementes da emancipação nacional, reafirmando que a luta pela liberdade e pela justiça é um processo contínuo na história de qualquer nação.

## **Referências**

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Autos da Devassa*. BH: Imprensa Oficial, 1976.

CARVALHO, J. M. A **Construção da Ordem**: A Elite Política Imperial. Rio: Civilização Brasileira, 2007.

ELIAS, Rodrigo. Essa Luz. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, volume 109. p. 17 a 21. 2014.

DINIZ, Júnia. **Inconfidência Mineira**: A história dos sentidos de uma história. Editora UFMG, 2002. Belo Horizonte

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Tradução: Raquel Ramallete Petrópolis: Vozes, 1999. Rio de Janeiro.

MAXWELL, K. **A Devassa da Devassa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MONTESQUIEL. Cartas Persas. Tradução: Antônio Geraldo da Silva. Editora Lafonte, 2018, São Paulo

OLIVEIRA, Almir. **Gonzaga e a Inconfidência mineira**. Companhia Editora Nacional, 1948, São Paulo.

POMBO, Nívia. Luzes, mas só para elite. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, volume 109. P.35 a 38. 2014.

ROSSEAU, Jean-Jaques, **O Contrato Social**: Princípios do direito político, Tradutor: Edson Bini, Editora Edipro, 2024. São Paulo.

SCHWARCZ, L. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2022.

Recebido em: 05/01/2025

Aprovado em: 28/02/2025